



REFLEXÕES ACERCA DA PRESENÇA DE ATORES RELIGIOSOS NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE CAMPO MOURÃO (2008)

BONINI, Lara G., IC, Fecilcam, CNPq, Turismo, Fecilcam, larascs@hotmail.com
MEZZOMO, Frank Antonio, Fecilcam, frankmezzomo@gmail.com.br

O campo político provoca nos eleitores os mais diversos tipos de reações: há aqueles céticos com os candidatos a cargos do poder público, outros que se encarregam de erguer bandeiras convencidos do ‘poder mágico do voto’ e, ainda, os que ignoram as campanhas políticas ao redor. Reações a parte, é plausível afirmar que a política está presente na vida humana e acarreta conseqüências em toda sociedade.

O artigo apresentado visa contribuir na discussão quanto à política regional e a inserção e relação do campo religioso no campo político. Particularmente, o estudo objetivou a análise do desempenho eleitoral, do perfil, do apoio institucional e das estratégias de campanha adotadas pelos atores religiosos nas eleições proporcionais de Campo Mourão, em 2008¹.

O município de Campo Mourão, cidade de porte médio, com população estimada em 85.896 habitantes, possuía, em 2008, 60.386 eleitores e o grau de urbanização é de 92,89%, segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. A cidade localiza-se na mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, é constituída por 25 municípios, dos quais Campo Mourão se destaca em função de sua dimensão populacional e nível de polarização socioeconômica.

A partir da caracterização da área de estudo, torna-se possível refletir às dinâmicas sociais do município, inclusive quanto aos processos eleitorais que alteram, de alguma forma, o cotidiano dos habitantes. Nas eleições proporcionais de 2008, averiguou-se a presença de atores ou agentes religiosos concorrendo ao cargo de vereança.

O antropólogo Ari Pedro Oro, utiliza a expressão agentes religiosos entendendo como aqueles *“candidatos que reivindicaram abertamente a sua condição de líderes religiosos (membros da hierarquia ou participantes ativos de uma religião) ou que se apresentaram como representantes de uma organização religiosa”* (ORO, 2001, p. 10). O pesquisador Joanildo Burity descreve que há ainda os atores sociais e políticos, para os quais sua identidade religiosa é ou tornou-se um componente especialmente relevante

¹ O artigo representa parte dos resultados da pesquisa **“Presença das religiões nas eleições proporcionais de Campo Mourão em 2008”**, vinculada ao Programa Iniciação Científica do Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (PIC/NUPEM/FECILCAM). A pesquisa, cadastrada junto às atividades do grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder, foi realizada durante o período de agosto de 2009 a julho de 2010 contou com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

(2008, p. 85). Por meio de tal compreensão teórico-metodológica tornou-se possível identificar e analisar a presença de candidatos, atores religiosos que mantêm, formal ou informalmente, vínculos com instituição religiosa.



Figura 1: Localização mesorregião centro ocidental paranaense, em destaque o município de Campo Mourão/PR.

Tendo como base esta problemática, a pesquisa identificou nove candidatos que participaram das eleições proporcionais em Campo Mourão e que mantêm vínculos religiosos. Os critérios selecionados para definir os chamados agentes, atores ou políticos religiosos referem-se à observância de alguns aspectos como receberem apoio explícito de alguma instituição religiosa e/ou que se auto-apresentavam pelas funções religiosas que exerciam como pastor, diácono, presbítero, ministro ou membro vinculado à instituição eclesiástica. Há também aqueles que mesmo não declarando explicitamente seu vínculo com alguma instituição, ainda assim, foi possível notar um diferencial em sua campanha, com o uso de mensagens, das quais, quem o conhece como membro-irmão, reconhece o uso de símbolos que manifestam o caráter religioso.

Com o desenvolvimento da pesquisa, tornou-se possível averiguar as diversas inter-relações nos aspectos de ordem política e religiosa. A imbricação político-religiosa é evidenciada cada vez mais na contemporaneidade e desprezá-la significa deixar de apreender alguns dos vetores de historicidade (GIUMBELLI, 2008, p. 81). Tal referência do pesquisador Giumbelli é corroborada pelo crescimento constante do número de candidatos, em geral a cargos eletivos, afirmarem ou se aproximarem de grupos religiosos, sobretudo



das igrejas evangélicas, dos afro-brasileiros e dos espíritas, nos períodos que antecedem as eleições.

Sendo possível afirmar que não se pode mais ignorar a visibilidade pública das religiões, quer no plano da cultura e do cotidiano, quer no da esfera pública e da política, os atores religiosos movimentam-se e evidencia sua linguagem, seu *ethos*, suas demandas, nas mais diversas direções (BURITY, 2008, p. 84). É, pois, com tais apontamentos e afinado com implicações teóricas que se busca pensar a configuração do campo religioso e político em Campo Mourão.

Neste contexto, ressaltam-se os objetivos do estudo sendo o de explorar a inserção dos candidatos religiosos dentro do campo religioso dos quais são oriundos; analisar o desempenho e a abrangência eleitoral dos candidatos ao legislativo municipal a fim de conjecturar acerca do sucesso ou insucesso eleitoral e discutir a utilização dos recursos midiáticos e a recorrência à linguagem religiosa como estratégia de convencimento. Ainda, debater as implicações teórico-metodológicas ao vincular o campo político e campo religioso e relacionar o fenômeno eleitoral ocorrido em Campo Mourão, no ano de 2008, comparativamente ao contexto regional e nacional.

A fim de sustentar teórica e metodologicamente o trabalho, desenvolveram-se leituras, coleta e produção de fontes primárias tais como entrevistas, recortes de matérias publicadas em *flyers* e jornais, e recolhimento, junto ao comitê de campanha, de panfletos e 'santinhos' dos candidatos. Dentre os materiais coletados consta também a gravação dos programas transmitidos em horário eleitoral obrigatório²; digitalização de notas impressas publicadas na imprensa local e regional fazendo menção as candidaturas dos atores religiosos, dados obtidos junto a Justiça Eleitoral como os boletins das urnas informando o quantitativo de votos do candidato em cada uma das zonas e seções eleitorais³. Enfim, todo o material produzido e coletado permitiu registrar o evento das eleições.

O ritmo frenético da busca de votos pode ser visualizado por meio do investimento intensivo de propagandas eleitorais e veiculação de *jingles* políticos. Neste sentido, ressalta-se o papel fundamental da mídia em processos eleitorais, sendo um meio passível de ser utilizado em disputas, afinal, conforme Antônio Rubim, "*trata-se de comunicar idéias e propostas, convencer, sensibilizar, emocionar. Enfim de mobilizar mentes e corações em uma disputa do poder político na sociedade*" (RUBIM, 2001, p. 173). Ocorrendo então o

² Os programas eleitorais obrigatórios foram transmitidos do dia 19 de agosto/2008 a 02 de outubro/2008.

³ O município de Campo Mourão possui duas zonas eleitorais, sendo a 31ª que abrange os municípios de Campo Mourão, Farol e Luiziana, e a zona 183ª que abrange os municípios de Campo Mourão e Janiópolis. Em Campo Mourão, nas eleições de outubro de 2008, havia 195 seções com urnas.



acionamento de uma plêiade de estratégias, dispositivos e instrumentos nas disputas político-eleitorais.

Nessa disputa os recursos midiáticos tornaram-se ferramentas recorrentes das campanhas eleitorais. No entendimento de Alonso (1989) pode-se dizer que, se durante o século passado e o primeiro terço do XX os comícios eram a essência de qualquer campanha eleitoral, agora esse papel central é desempenhado pelos meios e, especialmente, pela televisão (Apud RUBIM, 2001, p. 177).

Além da coleta, produção e interpretação de fontes, outro procedimento adotado pelo estudo é o da história oral que, conforme assevera Verena Alberti, é uma

metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX (...). Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (ALBERTI, 2006, p. 155).

Foram realizadas duas seção de entrevistas semi-estruturadas⁴ com os nove atores religiosos. A primeira seção foi realizada em maio/junho de 2008, ou seja, num período antecedente ao pleito eleitoral, ocorrido em outubro de 2008. A segunda etapa foi realizada em junho/julho de 2010, permitindo uma avaliação pós-eleitoral dos atores religiosos. Este procedimento adotado foi de extrema importância porque as perguntas e respostas gravadas permitiram conhecer a trajetória do candidato, as opções ideológicas, os apoios recebidos, a concepção de política e as estratégias de campanha utilizadas.

Além disso, relataram-se expectativas perante o processo eleitoral e a reflexão pós-eleição do desempenho articulado entre os candidatos, as projeções objetivadas, os fatores que propiciaram a candidatura, enfim, falas e compreensões diversificadas conforme a experiência individual de cada agente religioso. Na definição do conteúdo das perguntas o enfoque se deu na trajetória política e religiosa do candidato, informações sobre o seu pertencimento a determinada instituição religiosa e concepções e valores.

Destaca-se as diferentes perspectivas referentes à eleição, algumas decepções por não ter obtido o apoio esperado. Os agentes pesquisados apontaram dificuldades em termos financeiros para investir em material e para contratação de auxiliares (cabos eleitorais), ainda, atraso ou pouco tempo para realizar campanha. Além destes, outros

⁴ Conforme Lakatos e Marconi: “Entrevista padronizada ou estruturada: é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido (...). O motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas.” (LAKATOS, MARCONI, 2002, p. 93 – 94).



fatores foram descritos quanto ao negativo desempenho configurado na eleição proporcional de 2008, como a falta de liderança pastoral.

Entre as demais alegações dos agentes pesquisados consta a prática clientelista, uma realidade apontada e que configura na concepção da política municipal. Difamação, promessas, resolução de problemas, distribuição de favores, enfim, atos que as estruturas normativas da política tentam combater e coibir, porém que ainda ocorrem. Segundo José Murilo de Carvalho o clientelismo *“indica um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma do voto”* (CARVALHO, 1997, s/p). Outras formas substituem as velhas práticas de corrupção nos centros menores, como as novas formas de abuso de poder econômico e dos meios de comunicação (SANTOS, s/d, p. 205).

A partir das articulações demonstradas, é possível visualizar os elementos que demonstram a participação do campo religioso sobre/com o campo político. As campanhas eleitorais analisadas revelam narrativas com uma diversidade de percepções, tanto político-ideológicas quanto religiosas. Ressalta-se que os candidatos pesquisados e entrevistados em tal estudo não alcançaram o número de votos suficientes para conquistar a eleição desejada, dessa forma, é válido pensar que estratégias de campanha podem alternar-se e até se contraporem em momentos pré e pós-eleição. Talvez seja coerente apontar que conotações religiosas exercem efeitos de sentido em pleitos eleitorais, entretanto, não são a garantia do efeito positivo almejado.

Dessa forma, na presente pesquisa constataram-se divergentes opiniões sobre a inter-relação religiosa/política, há os que aceitam com naturalidade, apóia-se a imbricação, ou se rejeita de forma veemente, explicando as contraposições que o assunto pode suscitar, como o uso da fé em prol de interesses próprios. Interessante assinalar, então, às distintas reações que a temática trazida por tal trabalho suscita. A despeito das especificidades, é cabível afirmar que há uma via de imbricação mútua, em que, o campo religioso e político mantêm-se em constante analogia ativando sistemas de crenças e de valores políticos.

Entendendo-se que simbologias religiosas podem influenciar ambientes sociais e políticos, é fundamental entender a existência de diferenças internas das instituições religiosas, isto é, tais instituições mantêm discursos que por vezes podem ser conflitantes. Assim, ao constatar a dinâmica interior, muitas lideranças religiosas denotam fragmentação nos arranjos políticos. A falta de unidade pode ser demonstrada na análise de diversas instituições e este aspecto deve ser considerado também por aqueles que pretendem candidatar-se como agente político-religioso. Visualizando tal dinâmica, não se tem registro na história republicana brasileira de um partido político ou um candidato que tenha contado



com o apoio da totalidade das denominações evangélicas. Grande parte dos discursos e fundamentos são fragmentados e pluralizados, pois constituem um grupo heterogêneo dotado de uma complexa e abrangente distinção de denominações.

Para se alcançar a compreensão de grupos tão fragmentados, o tipo de linguagem ou discurso a ser utilizado deve agregar e definir um espaço comum, como a temática da ética cristã. Conforme Figueredo Filho, discursa-se a favor da moralização da coisa pública, dos valores da família, da luta contra o aborto, da honradez diante das promiscuidades da política, das anistias fiscais para as igrejas, da igualdade entre igrejas evangélicas e igreja católica (FIGUEREDO FILHO, 2002, p. 03).

Dessa forma, candidatos apresentados como agentes religiosos utilizam de performances simbólicas que evocam para o ato de votar um sentido que não está restrito a motivação de cumprir o dever cívico e sim pela defesa de princípios cristãos como o acesso ao bem comum, a justiça social, a igualdade, entre outras razões que engrossam a retórica política.

O voto passa da conotação racional e política para uma luta pela moralização na política, uma batalha espiritual contra a política suja, corrupta, desonesta. Para o pesquisador Carlos Alberto Steil, *“A ação ritual do voto que exorciza o mal e o demônio da política confere aos fiéis uma positividade que não encontramos naqueles que inscrevem o exercício do voto no campo da racionalidade política”* (STEIL, 2001, p. 81). Em torno de alguns candidatos há membros de igrejas com uma expectativa “messiânica” de que aquele candidato canalizará automaticamente as bênçãos de Deus sobre a cidade resolvendo todos os problemas.

A partir da percepção da religião nos meandros da estrutura do Estado, logo da política, é possível investigar a inserção dos atores religiosos em processos eleitorais. Sendo possível detectar e corroborar quanto às formas de reconhecimento da religião por meio de dispositivos jurídicos que implicam o aparato e o poder de Estado e que envolvem algum grau de legitimidade social. Em outras palavras, assevera Giumbelli (2008, p. 81), foi no interior da ordem jurídica encimada por um Estado comprometido com os princípios da laicidade que certas formas de presença da religião ocorreram.

Destarte, vale destacar que o Estado laico ao mesmo tempo foi legitimando a presença do religioso no espaço público, sendo impraticável a perda da influência da religião na vida social e política das sociedades. A despeito das especificidades destes campos, há uma via de imbricação mútua, em que, apesar da perspectiva secularizante, o campo religioso e político mantêm-se em constante analogia ativando sistemas de crenças e de valores políticos.



As reflexões expostas são importantes no sentido de auxiliar na compreensão do atual cenário político-religioso brasileiro e o quanto esses fenômenos se tornam um componente ativo que se sobressaem na vida cotidiana. A influência da religião sobre o voto de fiéis se torna possível na medida em que aponta para uma homologia entre a ação religiosa e a ação política (STEIL, 2001, p. 75). Tendo presente à importância de compreensão das interpretações das religiões em espaços e contextos que definem uma aproximação entre religião e política nos fundamentos do Estado Moderno, como o uso da identidade religiosa como atributo eleitoral.

Neste contexto, processos de campanhas eleitorais denotam a importância reservada a aspectos de devoção religiosa, afinal, *“a política vê o campo religioso como um espaço para expansão de sua base eleitoral”* (MEIRELLES, 2004, p. 169). Por meio das campanhas políticas analisadas e das respostas e reflexões apresentadas pelos candidatos político-religiosos, nota-se que na prática e na atualidade os campos político e religioso continuam a combinar-se e a influenciar-se mutuamente, sobretudo por ocasião do período eleitoral. Conforme Ari Pedro Oro *“na perspectiva de muitos políticos e partidos, a religião e os valores religiosos não podem ser desprezados e sua apropriação discursiva visa produzir efeitos de sentido junto aos eleitores portadores de mentalidade religiosa”* (ORO, 2001, p. 64). Neste sentido, a campanha propagandística é dirigida no intuito de alcançar o maior número de votos possível e cada candidato realiza um trabalho midiático diferenciado podendo utilizar-se de performances que denotem o viés religioso.

Quanto ao pleito eleitoral, no momento das eleições de 2008 em Campo Mourão, 76 candidatos pleitearam ocupar uma das 10 vagas para vereador na Câmara Municipal. Sabe-se que o cargo de vereança, em disputas eleitorais, pode representar o ponto de partida para candidatos que pretendam atingir cargos de maior destaque na carreira política. *“O vereador de hoje pode se transformar no deputado federal de amanhã, assim como o prefeito de agora pode ser o governador do futuro”* (TEIXEIRA, 2000, p. 99). Sendo assim, por meio do poder municipal, contextos e histórias políticas moldam-se e configuram-se em diversas perspectivas.

O município, sendo a instância local de governo, é administrado pelo poder Executivo, representado pela prefeitura, e legislado pelo poder Legislativo, representado pela câmara de vereadores. A gestão de unidades municipais, atualmente, tornou-se como tema determinante para a reflexão sobre a vida em comunidade. Afinal, *“as atividades políticas no âmbito local são de fundamental importância, pelo fato da esfera municipal ser o lócus onde os cidadãos se relacionam socialmente e vivenciam todas as situações do cotidiano”* (TEIXEIRA, 2000, p. 100).



Cabe esclarecer que cada localidade possui suas especificidades em dinâmicas sociais, religiosas e políticas. Podendo ser investigada as determinadas características, necessário refletir também sobre a relevância dos atores envolvidos, principalmente entender que os governantes representam uma variável importante na forma pela qual é conduzida a política de uma dada comunidade. Neste contexto, torna-se perceptível alguns padrões de relacionamento entre eleitores e elegidos, que buscam manter contato direto com os cidadãos, não só para cuidar dos problemas apresentados pela comunidade, como também para tentar garantir sua reeleição.

Outro relacionamento de situação é o da rede de coalizão dos poderes Executivo e Legislativo. O parlamentar tem no Executivo os instrumentos necessários para o atendimento das demandas de seus eleitores e, por outro lado, o poder Executivo precisa do parlamentar para viabilizar seus projetos, negociando com os parlamentares recursos (NAZARENO, s/d, p. 233). Verificam-se, então, relações interdependentes estabelecidas, formando padrões de relacionamento entre o cidadão, o vereador e os demais poderes governamentais.

Nesta relação, é cabível a reflexão quanto aos vereadores, sendo elementos influentes na forma pela qual é conduzida a política cidadina. A pesquisadora Louise Nazareno (s/d, p. 232), analisa os vereadores em quatro categorias: 1) Comunitários; 2) Midiáticos; 3) Temático-institucionais; 4) Funcionários políticos. A primeira categoria contempla os vereadores que têm sua origem ligada a associações de bairro, grupos de escola, declaram defender interesses do bairro, instalam escritórios nas comunidades, mantendo vínculos de atendimento à população. No caso da segunda categoria, são parlamentares que se estabeleceram nos meios de comunicação e assumem como identidade principal sua atividade na mídia.

Os considerados “temático-institucionais” são os vereadores que provêm de ligações com categorias específicas, como sindicatos, movimentos ecológicos, religioso, estudantil etc. São parlamentares já familiarizados com outros tipos de ação política, como passeatas, abaixo-assinados, pois já se socializaram organizando atos para os movimentos e categorias que representam. O quarto grupo diz respeito àqueles que começaram sua carreira política a partir de ligações com outros políticos, seja em órgãos do poder Executivo, seja como assessores, ou ainda, aqueles que de alguma forma percorrem os passos daqueles a que se declaram vinculados (avô, pai, líder etc.). Dentre todas as categorias, somente a última pode indicar um vínculo mais fraco entre o vereador e a população no início da carreira política, pois pressupõe que ele tenha se socializado politicamente por meio de lideranças e cargos, sem necessariamente atuar junto à população.



Por meio de tais considerações, analisa-se que a origem política dos candidatos pode determinar as formas de atuação em campanha. Os agentes pesquisados neste estudo apresentam características próximas à categoria temático-institucionais, sendo candidatos que possuem como reduto o grupo religioso. Entretanto, vale considerar que essas denominações citadas pela supracitada pesquisadora Nazareno, podem mesclar-se, afinal, há candidatos que também se encaixam na categoria comunitários ou que iniciaram a carreira política a partir de ligações com outros governantes ou partidos. Verificando-se, então, os fatores influenciadores para se pleitear uma vaga ao poder legislativo: história política, convivência no município, influência de pais ou parentes, convite de um partido político, militância comunitária etc.

Tratando-se da questão político-partidária, por meio do desenvolvimento da pesquisa, tornou-se perceptível a falta de conhecimento sobre questões internas, como no que se refere às condições sobre quem pode ser candidato no partido ao qual pertence. Verifica-se que os candidatos mantinham vínculos frouxos com seus partidos, entretanto, investem na constituição de campanha pessoal. Dessa maneira, a relação intra-partidária não parece ser tão próxima, o estudo constatou que antes das eleições de 2008, reuniões e convenções foram realizadas entre os partidos a fim de organizar as legendas e campanhas, porém após o processo eleitoral, os candidatos declaram que a temporalidade de ocorrência de encontros diminuiu ou cessaram.

Segundo a literatura referente a partidos políticos, uma de suas principais funções no processo democrático é a seleção de candidatos a cargos eletivos. Entretanto, é verificável que o objetivo final é sempre angariar votos, deste modo, candidatos com apelo eleitoral são sempre bem-vindos (BRAGA et al., 2009, p. 124). Outro aspecto importante é a obrigatoriedade legislada em que todas as candidaturas sejam registradas via partidos políticos, “o que coloca o Brasil entre os poucos países da América Latina que dá o monopólio da representação política às organizações partidárias” (BRAGA et al., 2009, p. 127).

Quanto às formas de campanha, ao analisar o perfil dos projetos/idéias e a trajetória pessoal dos candidatos é perceptível um discurso que evidencia um melhor preparo intelectual e reserva moral da sociedade⁵. Ainda, a utilização imaginária de que o vínculo religioso representa a vanguarda de uma sementeira de novas energias sobre o campo político tão desencantado e vilipendiado. Pois, face ao ceticismo e a desconfiança pública diante da política, Renato Janine Ribeiro discute o recurso freqüentemente utilizado pelos

⁵ Ari Pedro Oro, ao pesquisar a inserção evangélica na política em Porto Alegre, afirma que há o auto-entendimento de que os evangélicos são o sal e a luz da terra. Sal, para, mediante uma conduta exemplar, purificar os impuros. Luz, por ter a posse do monopólio da verdade divina, iluminar os ímpios nos caminhos do Senhor rumo à retidão moral e à salvação celestial. (ORO, 2001, p. 61).



candidatos religiosos como portadores de nova mensagem e compromisso político (RIBEIRO, 2009, p. 99). Reiterando, o deslocamento daquilo que seria propriamente o *ethos* religioso para o *ethos* político.

Ao reivindicar a pertinência e importância de se estudar as imbricações do campo religioso e político, a partir das eleições proporcionais de 2008 em Campo Mourão, não se estão fazendo juízos de valores, isto é, ratificando posicionamentos se deve ou não ocorrer, é bom/mau ou se é benéfico/maléfico este envolvimento para/na sociedade. A compreensão é de levantar e explorar hipóteses explicativas a respeito da configuração do campo religioso e suas intersecções com a política e a cultura. Nesse sentido as reflexões oriundas do campo da Antropologia, da Sociologia, das Ciências Políticas, da História, entre outras, são fundamentais porque problematizam e teorizam acerca da composição da sociedade.

Por fim, a pesquisa em pauta ousou pensar a imbricação dos campos político e religioso num momento em que parte significativa dos escritos oriundos das Ciências Sociais vaticinou o movimento irrenunciável da secularização. Ao que parece, este capítulo da história ainda não está encerrado, conforme mostra a participação dos atores religiosos nas eleições proporcionais do município de Campo Mourão em 2008 no que toca a construção de campanhas com iconografias e performances diferenciadas exaltando aspectos místicos e simbólicos em intensas disputas pelo mesmo eleitorado.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes orais. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (org.) **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BURITY, Joanildo. Religião, política e cultura. **REVISTA TEMPO SOCIAL**, v. 20, n. 2, novembro de 2008.

BRAGA, Maria Souza et al. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à câmara dos deputados nas eleições de 2006. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, vol. 24, n. 70, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **REVISTA DADOS**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext. Acesso em 05 de mai. 2010.

FIGUEREDO FILHO, Valdemar. **Entre o palanque e o púlpito**: mídia, religião e política. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2002.

GIUMBELLI, Emerson. Presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **REVISTA RELIGIÃO E SOCIEDADE**. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL –
IPARDES. Disponível em:



http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=87300&btOk=ok.

Acesso em: 05 de jul. 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise, e interpretação de dados. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEIRELLES, Mauro. DI FRANCO, Aline. O político e o religioso nas eleições municipais de 2004 em Porto Alegre: ou a metáfora do gre-nal. **REVISTA DEBATES DO NER**, Porto Alegre, ano 5, n. 6, dezembro de 2004.

NAZARENO, Louise Ronconi. Política local e a ocupação de cargos eletivos em Curitiba (1985 – 2000). In: CODATO, Adriano Nervo; SANTOS, Fernando José dos. **Partidos e eleições no Paraná:** uma abordagem histórica. 60 anos – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

ORO, Ari Pedro. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre. **REVISTA DEBATES DO NER**, Porto Alegre, ano 2, n. 3, 2001.

RIBEIRO, Renato Janine. Religião e política no Brasil contemporâneo. In: FRIDMAN, Luis Carlos (org.). **Política e cultura. Século XXI**. Rio de Janeiro: Alerj/Relume Dumará, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Novas configurações das eleições na Idade Mídia. **REVISTA OPINIÃO PÚBLICA**. Campinas, v. VII, n. 2, nov. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762001000200002&script=sci_arttext
Acesso em: 05 de mai. 2010.

SANTOS, Fernando José dos. Corrupção eleitoral no Paraná: um estudo de caso das eleições municipais de 1996. In: CODATO, Adriano Nervo; SANTOS, Fernando José dos. **Partidos e eleições no Paraná:** uma abordagem histórica. 60 anos – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

STEIL, Carlos Alberto. Eleições, voto e instituição religiosa. **REVISTA DEBATES DO NER**, Porto Alegre, ano 2, n. 3, setembro de 2001.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. O jogo político nos municípios e as eleições. In: **Cadernos Adenauer 4:** Os municípios e as eleições de 2000. São Paulo: Fundação Konrad, junho 2000.